



As Inspeções-Gerais à luz do último Relatório do FMI ("troika").

Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino

9 de Janeiro de 2013 às 21

<sindinspee1988@gmail.com>

21:55

Responder a: geral@siee.pt

Para "Luis Capela (IGEC)" <luis.capela@igec.mec.pt>, "João Carlos Correia Ribeiro Ramalho (IGEC)" <Joao.Ramalho@igec.mec.pt>, "Maria Leonor Venâncio Duarte (IGEC)" <leonor.duarte@igec.mec.pt>, "Agostinho Gonçalves da Santa (IGEC)" <agostinho.santa@igec.mec.pt>, "Digner Costa (IGEC)" <digner.costa@igec.mec.pt>, "José Fernando Pinho Silva (IGEC)" <jose.pinho.silva@igec.mec.pt>, "Marcial Rodrigues Mota (IGEC)" <Marcial.Mota@igec.mec.pt>, "Pedro Teixeira Pinto (IGEC)" <Pedro.Pinto@igec.mec.pt>, "Ana Maria Flor (IGEC)" <ana.flor@igec.mec.pt>

[PARA CONHECIMENTO]

Caros colegas

Enviamos em anexo o último Relatório, em data, do FMI ("troika"), em versão integral, chamando a vossa particular atenção para as gravíssimas consequências da eventual aceitação pelo Governo do conteúdo do ponto 38 do Sumário Executivo do documento, com possível incidência directa na IGEC, conforme a seguir transcrevemos [sublinhado nosso a vermelho]:

"(...) 38. Reducing overlap and fragmentation will require additional reorganization of the central public administration. Small savings but greater synergies and efficiencies can be generated by reducing fragmentation of services across different ministries (e.g., unifying payroll systems, international relations departments, and general secretaries from different ministries) or of functions (e.g., security forces where different organizations exist in parallel, or health where different medical services coexist for different groups). In addition, once the current Plan for the Reduction and Improvement of Central Administration (PREMAC) has been fully implemented, there are still areas in the central administration that could be considered for further streamlining:

▣ Auditing services (inspeções-gerais), could be merged to create a single national auditing office, with major gains for the efficiency and effectiveness of the current auditing functions with the financial perspective included.

▣ The concentration of services in the area of economic activities' inspection could also add savings and efficiency gains; for example, the fusion of inspection services dispersed throughout ministries (e.g., economy, agriculture, culture).

▣ The financial autonomy of public institutes could be addressed (including of the public institutes with special status) by effectively applying the legal rules that determine the maintenance of the financial autonomy, namely, the rule related with the 2/3 of own revenues.

▣ In some situations, the allocation of identical competencies throughout a wide number of services, for example, at the level of management of EU funds, brings about somewhat dysfunctional arrangements. The number of services dedicated exclusively or mainly to this competence can be rationalized, with a positive impact at the level of the management of funds and the interaction with the funded entities. (...)"

O que aqui está claramente expresso é a possibilidade da fusão de todas as Inspeções-Gerais ou da maior parte delas, com a eventual criação de uma inspeção-geral nacional única para todas as áreas da administração central do Estado. Por mais absurda que esta hipótese possa parecer, ela aqui está – e temos de nos preparar para lhe fazer frente! Assim, estamos a desenvolver diligências urgentes no sentido de contactarmos colegas de outras Inspeções-Gerais que não a IGEC, de modo a tudo fazermos para construirmos um debate e uma tomada de posição conjunta. Por outro lado, e em simultâneo, a análise do documento que hoje vos enviamos é fundamental como um dos instrumentos de preparação dos Plenários Regionais a serem brevemente convocados. Esta talvez seja a situação mais difícil com que os Inspectores se têm de

confrontar no quadro da IGEC – pelas dramáticas consequências que pode assumir não apenas para a instituição mas principalmente para a vida socioprofissional de todos nós!

Saudações sindicais!

**Pe'l'A Direcção do
Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino (SIEE)**

José Calçada

(Presidente)

[Por favor, acuse activamente a recepção deste mail]

 **PRT_FAD.pdf**
1402K



ENTREVISTA: As Inspeções da Educação (a Geral e as outras) à luz do último Relatório do FMI ["troika"].

Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino

21 de Janeiro de 2013 às 32

<sindinspee1988@gmail.com>

16:06

Responder a: geral@siee.pt

Para "Luis Capela (IGEC)" <luis.capela@igec.mec.pt>, "João Carlos Correia Ribeiro Ramalho (IGEC)" <Joao.Ramalho@igec.mec.pt>, "Maria Leonor Venâncio Duarte (IGEC)" <leonor.duarte@igec.mec.pt>, "Agostinho Gonçalves da Santa (IGEC)" <agostinho.santa@igec.mec.pt>, "Digner Costa (IGEC)" <digner.costa@igec.mec.pt>, "José Fernando Pinho Silva (IGEC)" <jose.pinho.silva@igec.mec.pt>, "Marcial Rodrigues Mota (IGEC)" <Marcial.Mota@igec.mec.pt>, "Pedro Teixeira Pinto (IGEC)" <Pedro.Pinto@igec.mec.pt>, "Ana Maria Flor (IGE)" <ana.pacheco@ige.min-edu.pt>, "Ana Maria Flor (IGEC)" <ana.flor@igec.mec.pt>, "Alexandre Augusto V. E. Pereira (IGEC)" <alexandre.pereira@igec.mec.pt>

[PARA CONHECIMENTO]

—— Mensagem encaminhada ——

De: **Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino** <sindinspee1988@gmail.com>

Data: 21 de Janeiro de 2013 às 12:52

Assunto: ENTREVISTA: As Inspeções da Educação (a Geral e as outras) à luz do último Relatório do FMI ["troika"].

ENTREVISTA CONCEDIDA NO DIA 20.JAN.2013 PELO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO (SIEE), JOSÉ CALÇADA, À JORNALISTA TERESA SILVEIRA, DO SEMANÁRIO "VIDA ECONÓMICA" (A PUBLICAR PROVAVELMENTE NO DIA 25)

P 1. O Secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, já garantiu ao nosso jornal (...) que esta [proposta] de extinguir as inspeções-gerais sectoriais e criar uma única inspeção-geral nacional para todas as áreas ainda não está pensada nem decidida pelo governo. O SIEE já questionou algum organismo do Estado, nomeadamente o Ministério da Educação [e Ciência], sobre isto? E que resposta obtiveram?

R 1. Sobre esta proposta do FMI – que, repudiada por nós, não pode senão ser também repudiada pelo governo –, tivemos ocasião de reunir de emergência, logo nos passados dias 14 a 16, com todos os Grupos Parlamentares (GP) com assento na Assembleia da República (AR), alertando-os para o absurdo de que ela se reveste, quer em termos operacionais, quer em termos de eficiência e de eficácia. Neste quadro, solicitámos que cada grupo questionasse o governo sobre esta matéria. O PS, o PCP, o BE e o PEV assumiram connosco esse compromisso, e declararam subscrever as nossas preocupações; o PSD e o CDS/PP, embora demonstrando incomodidade, responderam que a proposta não é mais do que uma proposta, e é do FMI, e sobre ela o governo não tomou qualquer decisão. Exactamente porque seria de esperar uma resposta deste tipo, isto é, uma não-resposta, o sindicato não se dirigiu directamente ao governo. Temos ainda uma audiência solicitada à Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC) da AR.

P 2. Quantos funcionários tem, no total, a Inspeção-Geral da Educação [e Ciência] em Portugal? E quantos inspectores para todo o território?

R 2. Neste momento, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) conta com 205 Inspectores para o território continental [para além de outros funcionários, não-inspectores, desde técnicos superiores a administrativos]. Trata-se de um número brutalmente insuficiente, situado no limiar da *massa crítica*, se pensarmos no universo sobre o qual trabalham os Inspectores: todos os estabelecimentos e instituições de todo o sistema educativo – que não se esgota em escolas ou agrupamentos-de-escolas, mas abrange também serviços do Ministério da Educação e Ciência

(MEC) –, da educação pré-escolar ao superior, do público ao privado, cooperativo e solidário, universidades e politécnicos, e instituições científicas. Olhar para o Plano de Actividades da IGEC para 2013 é suficiente para se perceber que os 205 Inspectores fazem milagres – desde, a título de exemplo, o programa de Avaliação Externa das Escolas, no subsistema não-superior, ao programa de auditorias, este incidindo nos Estabelecimentos de Ensino Superior Privados, nos Serviços Académicos das Universidades Públicas e dos Institutos Politécnicos Públicos, na Gestão dos Recursos Docentes no Ensino Superior Público, e na Universidade Católica. Em contraste, a rarefacção e a desertificação dos quadros inspectivos têm sido uma constante de há alguns anos a esta parte: veja-se que em Junho de 1995 o quadro da então Inspeção-Geral da Educação (IGE), antecessora da actual IGEC, comportava 471 lugares, e estamos agora reduzidos a 43,5% desse número! [Anote-se, entretanto, que ainda existem as Inspeções Regionais da Educação das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, com, respectivamente, 18 e 10 Inspectores, sendo que, particularmente estes últimos, têm de operar num território fragmentado por 9 ilhas].

P 3. Há quantos anos não são abertas vagas para a carreira de inspector da educação [no continente]?

R 3. Os últimos concursos para a carreira especial de inspecção da educação tiveram lugar, um, entre Junho de 1999 e Setembro de 2002 (datas de abertura do concurso e da entrada em funções dos novos Inspectores), tendo resultado na admissão de 137 Inspectores, e, o outro, entre Dezembro de 2007 e Setembro de 2009, com a admissão final de 33 Inspectores.

P 4. Tem ideia de quantos inspectores da educação se têm aposentado nos últimos 2 ou 3 anos?

R 4. De momento, não estamos em condições de lhe poder fornecer números rigorosos para as aposentações nos últimos 2 a 3 anos, mas, do confronto entre os números que atrás lhe indicámos, fica-se com uma ideia geral muito aproximada da sangria a que a actual IGEC – enquanto resultante da fusão da ex-IGE com a ex-Inspeção-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (IGMCTES) – tem vindo a sofrer. De qualquer modo, o que nesta matéria desde já se sabe é que a situação se agravará ainda mais na IGEC: dos 205 Inspectores atrás assinalados, 24 – isto é, 11,7% – requereram entretanto a sua aposentação! É o resultado inevitável da política governamental para todo o sector da administração pública. E se todos os Inspectores e a IGEC já estão a trabalhar no limite da *massa crítica*, depois...

P 5. Que consequências práticas adviriam da possível extinção da Inspeção-Geral da Educação [e Ciência] e da criação da dita inspeção-geral nacional para todas as áreas? Haveria necessariamente redução do número de inspectores da educação e do número de quadros dessa Inspeção?

P 6. E não se correria o risco do fim da especialização dos inspectores nesta área, como, aliás, nas áreas em que as inspeções sectoriais fossem extintas?

R 5 e 6. De tão absurda, recusamo-nos a acreditar que possa fazer vencimento a proposta do FMI da extinção de todas as actuais inspeções-gerais e da consequente criação de uma superinspeção-geral única para todas as áreas de intervenção no âmbito do exercício da autoridade do Estado. É uma ideia absolutamente inclassificável! As inspeções-gerais, por força do universo sobre o qual se debruçam, possuem características específicas e culturas-de-organização diferenciadas, que nada ganham – nem mesmo em termos de eficiência ou eficácia – em ver-se diluídas ou descaracterizadas. Esta é uma realidade particularmente relevante no caso da IGEC – e nem se descortina onde, em concreto, foi o FMI encontrar esta "solução": não na Alemanha, onde as Inspeções da Educação se organizam, de modo autónomo, no âmbito territorial dos Lands/Estados; não em França, onde a Inspeção da Educação possui um forte estatuto identitário nacional de quase estado-dentro-do-estado; não em Espanha, onde coexistem uma inspeção "de Estado" com sede em Madrid e as inspeções "nacionais" nas várias regiões autónomas. Uma superinspeção com a pretensão de totalitária, e por isso distanciada da realidade e fortemente burocrática, conduziria, para além do mais, à fragilização da acção do Estado, nomeadamente na área das funções sociais consagradas na Constituição da República, e onde a educação e o ensino, com a saúde e a segurança social, se assumem como determinantes. Aliás, as inspeções são *do Estado*, não são *do governo*, pelo que o carácter totalitário de uma inspeção única potenciaria uma forte erosão do Estado enquanto limitador dos poderes dos mais fortes e enquanto garantia dos direitos dos mais fracos. Do que a IGEC necessita é de ver aumentado o número de Inspectores, para poder fazer ainda melhor o que a Constituição lhe exige que faça, e não de qualquer decisão que a coloque no caminho da irrelevância; e, se

querem fazer algo de novo, do que a IGEC necessita – no sentido de reforçar a sua autonomia e a sua credibilidade – é de passar a ter uma tutela bicéfala, a saber: da Assembleia da República, para a definição das suas grandes linhas estratégicas, e do governo, para a definição das tarefas concretas e quotidianas, sendo que o Inspector-Geral deveria apresentar anualmente à AR um relatório das actividades, ou ser presente na AR sempre que esta, por intermédio da respectiva Comissão de Educação, o entendesse conveniente. É de uma IGEC assim que o nosso país necessita – de uma inspecção da educação preventiva, e não repressiva, de proximidade, e não burocrática, profiláctica, e não terapêutica, trabalhando com as escolas, e não contra elas, com os docentes, e não contra eles, de inclusão, e não de exclusão, que avalie as escolas e as apoie, mas não que as classifique e "carimbe"! Não precisamos de uma IGECzinha-à-moda-do-FMI! Queremos, nós, os Inspectores da educação, continuar apenas a assumir no nosso trabalho o lema "*Mal com os homens por amor d'el-rei e mal com el-rei por amor dos homens*" – mas, como já se percebia antes e agora novamente ressalta neste Relatório, não se pode esperar que os senhores do FMI conheçam a história do nosso país.

[Por favor, acusem activamente a recepção deste mail]